

Pregão Eletrônico	0014/2026
Contratante	Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-SP
Processo	140.01176179/2025-36
Objeto	AQUISIÇÃO DE ITENS PARA APLICAÇÃO DO EXAME DE DIREÇÃO VEICULAR COM ENTREGA PARCELADA E DESCENTRALIZADA POR DEMANDA, ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. .
Unidade Gestora/ Gestão	532401
Valor total da contratação	R\$ 837.958,80 (oitocentos e trinta e sete mil, novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).
Data da sessão pública	Dia 16/07/2026 às 10h00 (horário de Brasília)
Local	www.gov.br/compras - comprasnet
Critério de julgamento	Menor Preço por item
Modo de disputa	Aberto
Preferência ME/EPP/equiparadas	Não



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	15
11. DOS RECURSOS	16
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO |**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0014/2026.**

(Processo Administrativo nº 140.01176179/2025-36)

Torna-se público que o(a) *Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo*, por meio do(a) *Diretoria de Administração e Logística*, sediado(a) *Rua João Bricola, nº 32, Centro, São Paulo, SP*, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é *a aquisição de itens para aplicação dos exames de direção veicular, por meio do registro de ata de preços, com entrega parcelada e descentralizada por demanda*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.* |

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.* |

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para os itens 1.1 e 2.1, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

3.5.1.1. *O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.5.2. *Para os itens/grupos 1 e 2, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11. *Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007* deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa equiparada*.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021. |

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *[Valor unitário e total do item] / [Valor mensal e total estimado do item] / [Desconto mensal e total sobre o preço do item];*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Fabricante;*

5.1.4. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. *Nesta licitação para registro de preços, o licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.*

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de *R\$1,00 (um real) para os itens 1 e 1.1, R\$5,00 (cinco reais) para os itens 2 e 2.1.*

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*

6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*

6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários. |

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.* |

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. *Neste certame para registro de preços, tratando-se de licitação por grupo(s) de itens:*

6.20.1.1. *serão observados como critério de aceitabilidade de preços unitários máximos:*

a) os valores constantes da planilha orçamentária elaborada pela Administração, conforme documentação que integra este Edital como Anexo;

b) os preços praticados no mercado, obtidos por meio de pesquisa realizada junto a fornecedores, portais de compras públicas e bases oficiais de preços;

6.20.1.2. *a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade contratante.*

6.20.2. *Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.*

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAL, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAL será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.]

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.]

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.]

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.]

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.]*

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.]

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto. |

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados [no Anexo I] deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. *[Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.]*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da [matriz.]

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.*

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea "a" da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição. |

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico* https://www.portal.sei.sp.gov.br/sei/usuario_externo.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
 - 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação **ou a ata de registro de preços** no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:*

(1) *Multa Moratória de 0,5% (zero vírgula cincopor cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;*

(2) *Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

a. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;*

(3) *Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 15% a 20% do valor do Contrato;*

(4) *Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 15% a 20% do valor do Contrato;*

(5) *Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato;*

(6) *Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 2% a 6% do valor do Contrato;*

(7) *Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 10 % a 20% do valor do Contrato;*

(8) *Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.*

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação **ou a ata de registro de preços** no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado

para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s): licitação.compras@detran.gov.br com cópia para cintia.ferreira@detran.sp.gov.br*.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *[no sistema e no sítio eletrônico na Internet https://www.detran.sp.gov.br/detransp/pb/licitacoes_contratacoes_diretas_e_contratos/licitacoes?id=licitacoes]*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *[A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.]*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. *Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*

14.2.1.2. *Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.*

14.2.1.3. *Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.*

14.2.1.4. *Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.*

14.2.1.5. *Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:*

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021. |

- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.
- 14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *sítio eletrônico* www.detran.sp.gov.br.
- 14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.16.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*
- 14.16.1.1. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*
- 14.16.2. *ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;*
- 14.16.3. *ANEXO III – Modelos referente a planilha de proposta;*

- 14.16.4. *ANEXO IV – Modelo de Declaração;*
- 14.16.5. *ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços.*

São Paulo, de Julho de 2026.

Viviane Fernanda Dutra
Diretora de Administração e Logística



Documento assinado digitalmente

VIVIANE FERNANDA DUTRA

Data: 24/06/2026 12:52:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANEXO I

|

TERMO DE REFERÊNCIA

|

TERMO DE REFERÊNCIA**ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**

(Processo Administrativo nº 140.01176179/2025-36)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de itens para aplicação de exames em condutores e fiscalização através de Ata de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1 cota ampla	Cone de sinalização viária, conforme Norma ABNT NBR 15.071, com película retrorrefletiva tipo VIII (ABNT NBR 14.644). O cone deverá ser confeccionado em PVC extra flexível na cor laranja viva, ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações e descoloração intensa. O corpo do cone deverá ter na parte interna, sistema antiaderência, que evita o travamento dos cones quando empilhados, facilitando na operação. Deve ter peso entre 3 e 4Kg, ter altura entre 700 e 760 mm; base quadrada plana (sem deformação) na cor laranja, com dimensões de 390 mm (+/- 10mm) e demais formas e dimensões que atendam a NBR 15.071 (Anexo A). O topo do cone deverá ter abertura entre 40 e 50 mm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso. Abaixo do topo o cone deve ter um rebaixo côncavo com aprox. 20 mm de altura x 10 mm de profundidade para facilitar a pega e manuseio. Acima da faixa refletiva superior, o cone deverá ter 02 fendas (em lados opostos), com 70 mm de altura (+/- 5 mm) e 5 mm de abertura, que devem ser efetuadas durante o processo de fabricação. Aplicação de 02 faixas retrorrefletivas, com largura de 100 mm cada, em película autoadesiva flexível tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: logotipo do órgão no colar superior e a inscrição XXXXX, em letras na cor preta no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição XXXXX, de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB. GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação.	609422 (Gov.BR) 5884934 (BEC)	unidade	1950	R\$ 159,64	R\$ 311.302,87

1.1 cota restrita	<p>Cone de sinalização viária, conforme Norma ABNT NBR 15.071, com película retrorrefletiva tipo VIII (ABNT NBR 14.644). O cone deverá ser confeccionado em PVC extra flexível na cor laranja viva, ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações e descoloração intensa. O corpo do cone deverá ter na parte interna, sistema antiaderência, que evita o travamento dos cones quando empilhados, facilitando na operação. Deve ter peso entre 3 e 4Kg, ter altura entre 700 e 760 mm; base quadrada plana (sem deformação) na cor laranja, com dimensões de 390 mm (+/- 10mm) e demais formas e dimensões que atendam a NBR 15.071 (Anexo A). O topo do cone deverá ter abertura entre 40 e 50 mm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso. Abaixo do topo o cone deve ter um rebaixo côncavo com aprox. 20 mm de altura x 10 mm de profundidade para facilitar a pega e manuseio. Acima da faixa refletiva superior, o cone deverá ter 02 fendas (em lados opostos), com 70 mm de altura (+/- 5 mm) e 5 mm de abertura, que devem ser efetuadas durante o processo de fabricação. Aplicação de 02 faixas retrorrefletivas, com largura de 100 mm cada, em película autoadesiva flexível tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: logotipo do órgão no colar superior e a inscrição XXXXX, em letras na cor preta no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição XXXXX, de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB. GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação.</p>	609422 (Gov.BR) 5884934 (BEC)	unidade	500	R\$ 159,64	R\$ 79.820,00
2 cota ampla	Tenda tipo gazebo X flex, estrutura em aço carbono com pintura epóxi em alumínio, medindo 3m x 3m; Cobertura de tecido 100% poliéster Oxford com fps 100; revestido com silvercoating com saída de ar no topo; com resistência alta; na cor azul; acompanha do manual de instruções para montagem; acondicionado a em sacola para transporte garantia;	394694 (Gov.BR) 6365507 (BEC)	unidade	403	R\$ 911,92	R\$ 367.503,76
2.1 cota restrita	Tenda tipo gazebo X flex, estrutura em aço carbono com pintura epóxi em alumínio, medindo 3m x 3m; Cobertura de tecido 100% poliéster Oxford com fps 100; revestido com silvercoating com saída de ar no topo; com resistência alta; na cor azul; acompanha do manual de instruções para montagem; acondicionado a em sacola para transporte garantia;	394694 (Gov.BR) 6365507 (BEC)	unidade	87	R\$ 911,92	R\$ 79.337,04

1.1.1. [Em] caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como [comuns], conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. A contratação será formalizada por meio de Nota de Empenho, conforme faculdade prevista no artigo 95, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão do empenho, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Subcontratação

1.6. [O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.]

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. [A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 15519361000116-0-000004/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 30/06/2026;

III) Id do item no PCA: 21/2026, 38/2026

IV) Classe/Grupo: BARRACAS E ENCERADOS, SISTEMA DE SINALIZAÇÃO DE TRÁFEGO E TRÂNSITO;

V) Identificador da Futura Contratação: 532403-41/2026, 532403-24/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. [A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.]

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Os materiais e produtos a serem fornecidos devem apresentar qualidade compatível com o uso pretendido, observando as normas técnicas pertinentes, quando aplicáveis;

4.1.2. Sempre que possível, deverá ser priorizado o uso de materiais recicláveis, reciclados ou provenientes de fontes renováveis, sem prejuízo da qualidade, durabilidade e segurança do produto;

4.1.3. Os fornecedores devem assegurar total transparência em toda a cadeia de produção e fornecimento dos itens, comprometendo-se a garantir a rastreabilidade completa desde a origem até a entrega ao consumidor final;

4.1.4. O contratado deve priorizar fornecedores que promovam inclusão social, como cooperativas de agricultores familiares, empresas que empreguem minorias ou grupos vulneráveis, e que demonstrem práticas justas de trabalho.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. A marca e o modelo dos produtos deverão constar da proposta do licitante Da vedação de contratação de marca ou produto Da vedação de contratação de marca ou produto ;

4.3. Não haverá vedação de contratação de marca ou produto, exceto os que não atendam às especificações técnicas descritas

Da exigência de amostra(s)

4.4. Na presente contratação não serão exigidas amostras.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Na presente contratação não será exigida carta de solidariedade.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS

4.7. Em cumprimento ao inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos itens 1.1 e 2.1. constitui(em) cota(s) reservada(s) para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (ME/EPP/EQUIPARADAS), observando o limite legal, conforme o detalhamento constante deste Termo de Referência.

4.7.1. Se o mesmo licitante vencer a cota reservada e a cota principal, será efetuada negociação para que a contratação de ambas as cotas ocorra pelo valor menor. |

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da ordem de fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s)referenciais:

Nº	SUPERINTENDÊNCIA	ENDEREÇO DE ENTREGA
----	------------------	---------------------

1	ARAÇATUBA	Rua Plínio Salgado, 314. Jardim Nova York. Araçatuba/SP. CEP: 16018-270
2	ARARAQUARA	Av. Queiroz Filho nº 837 - Vila Harmonia - Araraquara - CEP: 14802-610
3	BAURU	Av. Cruzeiro do Sul, 13-15. Jardim Carvalho - Bauru/SP. CEP: 17030-743 (Dentro do SP + perto)
4	PIRACICABA	Rua Juceli Aparecida Sacaro, 393, Jd. Califórnia, Piracicaba - CEP 13424-741
5	CAMPINAS	Rua Jacy Teixeira de Camargo, 940 – Poupatempo Campinas Shopping. CEP: 13050-913
6	SÃO PAULO	Rua Boa Vista, nº 150, 9º andar - Centro - São Paulo - CEP 01014-000
7	FERNANDÓPOLIS	Rua São Paulo nº 2.608. Bairro: Coester - Fernandópolis - CEP: 15603-084
8	FRANCA	Rua Major Mendonça, 1226, Bairro Vila Santo Antônio - Franca - CEP: 14401-161
9	GUARULHOS	Rua Engenheiro Camilo Olivetti, s/n Vila Endres - Shopping Internacional Guarulhos Guarulhos/SP - CEP: 07042-040
10	ITAPEVA	Rua Lucas de Camargo, 290 - Itapeva - CEP: 18400-340
11	JUNDIAÍ	Av. União dos Ferroviários, 1760 - Centro, Jundiaí - SP, 13201-160
12	OSASCO	Rua Boa Vista, nº150, 9º andar - Centro - São Paulo/SP. CEP: 01014-000 (temporário)
13	PRESIDENTE PRUDENTE	Av. Joaquim Constantino, 500b - Presidente Prudente - CEP: 19013-660
14	REGISTRO	Av. Wild José de Souza, 456, 2º Andar Bairro Centro Registro / SP - CEP: 11900-000
15	RIBEIRÃO PRETO	Av. da Independência N. 2.950 Bairro Alto da Boa Vista. CEP: 14025-230
16	SANTOS	Rua Teodoro Sampaio, 110, Jabaquara - Santos - CEP: 11013-640
17	SÃO BERNARDO DO CAMPO	Avenida Armando Ítalo Setti 450 - Baeta Neves cep 09760 280 - São Bernardo do Campo
18	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Rua Amália de Vasconcelos Augusto, 800 - São José do Rio Preto - CEP: 15081-450
19	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Rua Henrique Dias nº 363, Bloco 3 / 2º andar - São José dos Campos - CEP: 12215-260
20	SOROCABA	Avenida XV de agosto 4800, Jardim Leocadia - Sorocaba
21	ALMOXARIFADO	Av. Jean Khoury Farah, 400 - Artur Alvim São Paulo - SP, 08295-015

5.4. A(s) contratada(s) deverá(ão) possuir capacidade logística de entrega em todo território do estado de São Paulo, conforme necessidade da CONTRATANTE.

5.5. O(s) objeto(s) solicitado(s) deverá(ão) ser(em) entregue(s) conforme especificações apresentadas neste Termo de Referência. Caso apresente algum objeto fora da validade/fabricação com embalagem violada ou com material inferior as especificações apresentadas, deverá ser imediatamente trocado, sem ônus para a CONTRATANTE. Caso seja verificada alguma falha no fornecimento será feito registro formal e informado a CONTRATADA, para que proceda a substituição, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

5.6. Os objetos que apresentarem defeito de fabricação, ou quaisquer defeitos que impossibilitem seu uso, deverão ser substituídos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data de comunicação feita pela Unidade Requisitante.

5.7. O objeto ofertado deverá ser novo e original, não se admitindo em hipótese alguma o fornecimento de alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado, e deverá estar adequadamente embalado de forma a preservar suas características originais.

5.8. Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega do objeto.

5.9. Os custos de retirada e devolução do (s) objeto (s) recusado (s), bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.10.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido na subdivisão acima, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.1. Verificação se a contratada está respeitando os prazos estabelecidos;

6.9.2. A qualquer momento poderá ser solicitado junto a contratante comprovantes de rastreio e origem dos itens.

6.9.3. As solicitações acima deverão ser solicitadas quando necessário pela Divisão de Suprimentos Almoxarifado, subordinado a Coordenadoria de Logística do DETRAN-SP.

6.9.4. Verificação da validade, condições das embalagens entre outras necessárias ao recebimento dos materiais, será efetuado pelos funcionários designados ao recebimento dos materiais nas localidades de entrega.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. |

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicafe ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicafe para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicafe, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicafe.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais–CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.23. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento. |

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. |O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO. |

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega conforme demanda.

Exigências de habilitação |

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; |
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; |
- 8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas | ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda | Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e

intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.]

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.]

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 837.958,80 (oitocentos e trinta e sete mil novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos [na tabela acima]. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.]

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: [532401];
- II) Fonte de Recursos: [175220006];
- III) Programa de Trabalho: [0412253044196000];

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento. |

São Paulo, 16 de junho de 2026.

Magno de Sousa Brito
Chefe da Divisão de Gestão do Exame Prático

Gustavo Soquetti dos Reis
Coordenador Geral de Gestão dos Exames CGGE/DHC|

CONE PARA SINALIZAÇÃO



Dispositivo de controle de tráfego auxiliar à sinalização, de uso temporário, utilizado para canalizar e direcionar o tráfego e delimitar áreas de manutenção de curta duração.

Cone de sinalização viária, conforme Norma ABNT NBR 15.071, com película retrorrefletiva tipo VIII (ABNT NBR 14.644). O cone deverá ser confeccionado em PVC extra flexível na cor laranja viva, ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações e descoloração intensa. O corpo do cone deverá ter na parte interna, sistema antiaderência, que evita o travamento dos cones quando empilhados, facilitando na operação.

Deve ter peso entre 3 e 4Kg, ter altura entre 700 e 760 mm; base quadrada plana (sem deformação) na cor laranja, com dimensões de 390 mm (+/- 10mm) e demais formas e dimensões que atendam a NBR 15.071 (Anexo A).

O topo do cone deverá ter abertura entre 40 e 50 mm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso. Abaixo do topo o cone deve ter um rebaixo côncavo com aprox. 20 mm de altura x 10 mm de profundidade para facilitar a pega e manuseio. Acima da faixa refletiva superior, o cone deverá ter 02 fendas (em lados opostos), com 70 mm de altura (+/- 5 mm) e 5 mm de abertura, que devem ser efetuadas durante o processo de fabricação.

Aplicação de 02 faixas retrorrefletivas, com largura de 100 mm cada, em película autoadesiva flexível tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: logotipo do órgão no colar superior e a inscrição XXXXX, em letras na cor preta no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição XXXXX, de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB. GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação.

Para rastreabilidade do material, a licitante deverá apresentar juntamente com a proposta:

1. Catálogo do Cone ofertado.
2. Relatório de Ensaio original, em nome da licitante, que comprove que o cone atende a norma **ABNT NBR 15.071**. Caso a licitante não seja o fabricante, deverá constar no relatório marca, modelo e fabricante.
3. Relatório de Ensaio conclusivos original, em nome do fabricante da película, que comprove o atendimento a todos os requisitos da norma **ABNT NBR 14.644**.

A empresa vencedora deverá entregar o lote selado e ensaiado de acordo com todos os requisitos da norma **ABNT NBR 15.071**, arcando com todos os custos de ensaio

ANEXO I.1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

|

ESP-DEP. ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP

Estudo Técnico Preliminar 16/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 140.01176179/2025-36

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade institucional de aquisição de cones de sinalização viária e tendas tipo gazebo, materiais indispensáveis para a adequada execução das atividades relacionadas aos exames práticos de direção veicular, bem como para apoio às ações de fiscalização realizadas no âmbito das competências deste órgão.

A necessidade decorre da demanda contínua de estruturação, organização e padronização dos espaços destinados à aplicação dos exames práticos, garantindo condições adequadas para a correta delimitação de áreas operacionais, ordenamento do fluxo de veículos e candidatos, reforço dos mecanismos de sinalização temporária e apoio às atividades de fiscalização, de modo a assegurar maior eficiência operacional, segurança dos usuários e adequada prestação do serviço público.

Os cones de sinalização viária constituem elementos essenciais para a organização dos locais de exame e fiscalização, permitindo a correta demarcação dos percursos de avaliação prática, isolamento de áreas operacionais, direcionamento seguro de tráfego e reforço das medidas de controle e segurança durante a execução das atividades. A insuficiência ou indisponibilidade desses materiais pode comprometer a padronização operacional, a segurança dos candidatos, examinadores e demais usuários, além de impactar negativamente a qualidade dos serviços prestados pela Administração.

As tendas tipo gazebo, por sua vez, mostram-se necessárias para proporcionar condições adequadas de trabalho aos examinadores, servidores e equipes de apoio, reduzindo a exposição direta às intempéries climáticas, tais como radiação solar intensa, chuvas e demais condições ambientais adversas, considerando que parcela significativa das atividades operacionais ocorre em áreas externas. A disponibilização dessa infraestrutura contribui para a preservação das condições laborais, melhoria do ambiente de trabalho e continuidade das atividades institucionais, mitigando impactos decorrentes de fatores climáticos.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação visa assegurar a continuidade, eficiência, segurança e qualidade na prestação dos serviços públicos relacionados à fiscalização e à realização dos exames práticos de direção veicular, em observância aos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse público primário.

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório para Registro de Preços, em modelo de participação restrita aos órgãos originalmente previstos no planejamento da contratação, não sendo permitida adesão posterior à ata por órgãos ou entidades não participantes, visando garantir maior aderência ao planejamento institucional, melhor gerenciamento quantitativo da demanda e adequada execução contratual.

Adicionalmente, registra-se que o procedimento será estruturado em modelo de ata fechada, sem previsão de participantes adicionais, considerando as características específicas da demanda institucional e o planejamento interno de consumo, de forma a assegurar maior controle administrativo e compatibilidade entre quantitativos estimados e necessidade efetiva da Administração.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe da Divisão de Gestão do Exame Prático	Magno de Sousa Brito/Gustavo Soquetti dos Reis Coordenador

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A definição dos requisitos apresentados para a contratação dos itens destinados ao exame de direção veicular do DETRAN-SP é considerada suficiente e adequada à escolha da solução, pois está fundamentada em normativas específicas, e atende diretamente às exigências legais, técnicas e operacionais para a realização do exame de direção veicular.

Os requisitos contemplam não apenas os aspectos funcionais e regulamentares dos itens, mas também observam critérios de sustentabilidade em suas múltiplas dimensões – ambiental, social e econômica –, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais regulamentações pertinentes.

Qualidade: A qualidade dos itens fornecidos é um critério indispensável e será rigorosamente avaliada, garantindo a conformidade com os padrões exigidos.

Especificações: Os itens devem estar em estrita conformidade com as especificações propostas. É essencial que todos os requisitos sejam atendidos, não sendo aceitáveis itens de qualidade inferior à especificada.

Capacidade de atendimento: Os fornecedores devem ter a capacidade financeira e logística necessária para cumprir as especificações, quantidades e prazos de entrega estabelecidos neste processo, a fim de satisfazer integralmente as necessidades do contratante.

Armazenamento e transporte adequados às especificações dos itens: O armazenamento prévio à entrega, bem como o transporte dos itens até os destinos, deve respeitar rigorosamente as leis e normas relacionadas ao tema, garantindo a qualidade dos produtos, a segurança dos funcionários envolvidos no manuseio e transporte dos itens, e a preservação do meio ambiente, minimizando quaisquer riscos ambientais associados aos procedimentos. Essas diretrizes são essenciais para assegurar que o processo de aquisição atenda às expectativas e necessidades da organização de maneira eficiente e eficaz.

Requisitos técnicos mínimos esperados:

- Cones de sinalização: fabricados em material flexível, com faixas refletivas, altura mínima de 75 cm, resistentes a intempéries e empilháveis para facilitar o transporte.
- Tendões/barracas: estruturas portáteis, desmontáveis, impermeáveis e de fácil instalação, com dimensões adequadas para abrigar candidatos e examinadores, garantindo proteção contra sol e chuva.

Crerérios de sustentabilidade considerados:

- Utilização de materiais recicláveis ou reaproveitáveis em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) sempre que possível;
- Preferência por produtos com maior durabilidade, reduzindo descartes e a necessidade de reposições frequentes;
- Aquisição de itens de fornecedores que observem condições de trabalho dignas, em consonância com normas trabalhistas e de responsabilidade social.

Esses requisitos foram definidos para assegurar não apenas o cumprimento das exigências legais, mas também promover a eficiência administrativa, a responsabilidade socioambiental e a economicidade da contratação pública.

A escolha dos itens listados representa, assim, uma solução técnica viável, eficiente e sustentável, em consonância com os princípios da administração pública e com os padrões mínimos de qualidade e desempenho necessários para a finalidade proposta.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar soluções disponíveis aptas a atender à necessidade administrativa relacionada ao fornecimento de cones de sinalização viária e tendões tipo gazebo, destinados ao apoio às atividades de fiscalização e à adequada organização dos locais de realização dos exames práticos de direção veicular.

Inicialmente, procedeu-se à análise de alternativas de contratação existentes no mercado público, incluindo a verificação da existência de Atas de Registro de Preços vigentes e passíveis de adesão, com a finalidade de avaliar eventual aproveitamento de soluções já contratadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública.

Todavia, após levantamento realizado, não foram identificadas Atas de Registro de Preços abertas para adesão que apresentassem quantitativos compatíveis, especificações técnicas adequadas ou condições contratuais capazes de atender integralmente à necessidade institucional, especialmente em razão das características operacionais específicas da Administração e do planejamento de consumo estabelecido para os materiais pretendidos.

Também foram consideradas alternativas relacionadas à disponibilização dos bens mediante locação ou outros instrumentos jurídicos de cessão temporária de uso. Contudo, sob o aspecto técnico e econômico, verificou-se que tal solução não se mostra vantajosa para a Administração.

Os materiais pretendidos constituem bens permanentes e de utilização recorrente, diretamente vinculados às atividades finalísticas de fiscalização e operacionalização dos exames práticos, possuindo vida útil compatível com aquisição definitiva e demanda contínua de utilização.

Adicionalmente, considerando o valor unitário relativamente reduzido dos itens, a adoção de solução baseada em locação poderia representar maior custo administrativo e financeiro ao longo do tempo, sem geração de benefício econômico proporcional, afastando-se dos princípios da economicidade e eficiência administrativa.

Quanto à avaliação de alternativas inovadoras, economia circular, chamamentos públicos de doação, permutas ou outros modelos logísticos menos onerosos, verificou-se ausência de soluções aptas a atender integralmente à demanda institucional, seja em razão da natureza dos bens pretendidos, seja pela necessidade de padronização, disponibilidade contínua e adequação técnica dos materiais às atividades operacionais desenvolvidas.

Não se identificou, ainda, necessidade de realização de audiência pública ou consulta pública específica, tendo em vista tratar-se de aquisição de materiais amplamente disponíveis no mercado, com especificações usuais, tecnologia consolidada e baixa complexidade técnica.

Diante do levantamento realizado, conclui-se que a aquisição dos materiais por meio de procedimento licitatório destinado à formalização de Ata de Registro de Preços própria, estruturada conforme as necessidades específicas da Administração e sem previsão de adesão posterior por órgãos não participantes, apresenta-se como a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, assegurando maior aderência ao planejamento institucional, eficiência administrativa e adequada prestação do serviço público.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na aquisição de cones de sinalização viária e tendas tipo gazebo, mediante procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços, visando ao atendimento das demandas operacionais relacionadas às ações de fiscalização, organização dos locais destinados à realização dos exames práticos de direção veicular e suporte às atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas do DETRAN-SP.

A solução contempla o fornecimento parcelado dos materiais, sob demanda, conforme necessidade administrativa identificada ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, observando os quantitativos efetivamente solicitados e o planejamento institucional.

Os cones de sinalização viária serão destinados à organização operacional dos locais de exame, delimitação de áreas, direcionamento de fluxos, reforço das atividades de fiscalização e ampliação das condições de segurança operacional durante a execução das atividades finalísticas do órgão.

As tendas tipo gazebo serão utilizadas como infraestrutura de apoio aos examinadores e equipes operacionais, proporcionando proteção contra intempéries climáticas, tais como exposição solar, chuva e demais condições ambientais adversas, contribuindo para melhores condições laborais e continuidade da prestação dos serviços públicos.

A solução adotada contempla o fornecimento dos bens com entrega descentralizada e parcelada, considerando a distribuição operacional das unidades administrativas do DETRAN-SP, podendo os materiais ser destinados ao Almoxarifado Central ou diretamente às Superintendências Regionais, conforme necessidade administrativa e planejamento logístico da Administração.

Os endereços de entrega constituem referências operacionais, não se limitando às unidades abaixo relacionadas, podendo ocorrer solicitações adicionais dentro da área de atuação institucional:

Nº	SUPERINTENDÊNCIA	ENDEREÇO DE ENTREGA
1	ARAÇATUBA	Rua Plínio Salgado, 314. Jardim Nova York. Araçatuba/SP. CEP: 16018-270
2	ARARAQUARA	Av. Queiroz Filho nº 837 - Vila Harmonia - Araraquara - CEP: 14802-610
3	BAURU	Av. Cruzeiro do Sul, 13-15. Jardim Carvalho - Bauru/SP. CEP: 17030-743 (Dentro do SP + perto)
4	PIRACICABA	Rua Juceli Aparecida Sacaro, 393, Jd. Califórnia, Piracicaba - CEP 13424-741
5	CAMPINAS	Rua Jacy Teixeira de Camargo, 940 – Poupatempo Campinas Shopping. CEP: 13050-913
6	SÃO PAULO	Rua Boa Vista, nº 150, 9º andar - Centro - São Paulo - CEP 01014-000

7	FERNANDÓPOLIS	Rua São Paulo nº 2.608. Bairro: Coester - Fernandópolis - CEP: 15603-084
8	FRANCA	Rua Major Mendonça, 1226, Bairro Vila Santo Antônio - Franca - CEP: 14401-161
9	GUARULHOS	Rua Engenheiro Camilo Olivetti, s/n Vila Endres - Shopping Internacional Guarulhos Guarulhos/SP - CEP: 07042-040
10	ITAPEVA	Rua Lucas de Camargo, 290 - Itapeva - CEP: 18400-340
11	JUNDIAÍ	Av. União dos Ferroviários, 1760 - Centro, Jundiaí - SP, 13201-160
12	OSASCO	Rua Boa Vista, nº150, 9º andar - Centro - São Paulo/SP. CEP: 01014-000 (temporário)
13	PRESIDENTE PRUDENTE	Av. Joaquim Constantino, 500b - Presidente Prudente - CEP: 19013-660
14	REGISTRO	Av. Wild José de Souza, 456, 2º Andar Bairro Centro Registro / SP - CEP: 11900-000
15	RIBEIRÃO PRETO	Av. da Independência N. 2.950 Bairro Alto da Boa Vista. CEP: 14025-230
16	SANTOS	Rua Teodoro Sampaio, 110, Jabaquara - Santos - CEP: 11013-640
17	SÃO BERNARDO DO CAMPO	Avenida Armando Ítalo Setti 450 - Baeta Neves cep 09760 280 - São Bernardo do Campo
18	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Rua Amália de Vasconcelos Augusto, 800 - Sao José do Rio Preto - CEP: 15081-450
19	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Rua Henrique Dias nº 363, Bloco 3 / 2º andar - São José dos Campos - CEP: 12215-260
20	SOROCABA	Avenida XV de agosto 4800, Jardim Leocadia - Sorocaba
21	ALMOXARIFADO	Av. Jean Khoury Farah, 400 - Artur Alvim São Paulo - SP, 08295-015

Os pedidos serão realizados conforme demanda administrativa, cabendo ao Almojarifado informar formalmente ao fornecedor os itens, quantitativos e respectivos locais de entrega.

Para fins de controle logístico e segurança operacional, o fornecedor deverá comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da entrega, as informações referentes aos responsáveis pelo transporte dos materiais, incluindo:

nome completo do condutor e eventuais ajudantes;

número de RG e CPF;

marca, modelo, cor e placa do veículo utilizado para transporte.

O recebimento dos materiais ocorrerá em duas etapas:

I – Recebimento provisório: realizado por servidor designado na unidade destinatária, mediante conferência inicial dos volumes entregues;

II – Recebimento definitivo: realizado em até 03 (três) dias úteis, contados da entrega, mediante verificação das especificações técnicas, quantidades, integridade dos materiais e conformidade com as exigências contratuais.

Constatada irregularidade, a Administração poderá solicitar substituição, complementação ou correção do fornecimento, sem ônus adicional.

A emissão da nota fiscal poderá ocorrer na data da efetiva entrega dos materiais, condicionando-se o pagamento à regularidade do fornecimento, da documentação fiscal e do recebimento definitivo dos itens, observado prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento.

Quando aplicável, as notas fiscais deverão conter os respectivos números patrimoniais do DETRAN-SP, visando adequada rastreabilidade patrimonial e controle administrativo.

Considerando a natureza dos materiais pretendidos, não se identifica necessidade de manutenção preventiva, corretiva ou assistência técnica especializada, tendo em vista tratar-se de bens de utilização operacional direta, baixa complexidade tecnológica e reduzida necessidade de suporte pós-fornecimento.

Sob os aspectos técnico e econômico, a solução de aquisição mostra-se mais vantajosa à Administração em comparação a modelos alternativos, especialmente em razão do caráter recorrente da demanda, da necessidade permanente de disponibilidade dos materiais, da baixa complexidade operacional dos itens e do custo relativamente reduzido de aquisição, permitindo maior economicidade, eficiência administrativa e continuidade das atividades finalísticas desenvolvidas pelo órgão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1 cota ampla	Cone de sinalização viária, conforme Norma ABNT NBR 15.071, com película retrorrefletiva tipo VIII (ABNT NBR 14.644). O cone deverá ser confeccionado em PVC extra flexível na cor laranja viva, ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações e descoloração intensa. O corpo do cone deverá ter na parte interna, sistema antiaderência, que evita o travamento dos cones quando empilhados, facilitando na operação. Deve ter peso entre 3 e 4Kg, ter altura entre 700 e 760 mm; base quadrada plana (sem deformação) na cor laranja, com dimensões de 390 mm (+/- 10mm) e demais formas e dimensões que atendam a NBR 15.071 (Anexo A). O topo do cone deverá ter abertura entre 40 e 50 mm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso. Abaixo do topo o cone deve ter um rebaixo côncavo com aprox. 20 mm de altura x 10 mm de profundidade para facilitar a pega e manuseio. Acima da faixa refletiva superior, o cone deverá ter 02 fendas (em lados opostos), com 70 mm de altura (+/- 5 mm) e 5 mm de abertura, que devem ser efetuadas durante o processo de fabricação. Aplicação de 02 faixas retrorrefletiva s, com largura de 100 mm cada, em película autoadesiva flexível tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: logotipo do órgão no colar superior e a inscrição XXXXX, em letras na cor preta no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição XXXXX, de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB. GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação.	609422 (Gov. BR) 5884934 (BEC)	unidade	1950
1.1 cota restrita	Cone de sinalização viária, conforme Norma ABNT NBR 15.071, com película retrorrefletiva tipo VIII (ABNT NBR 14.644). O cone deverá ser confeccionado em PVC extra flexível na cor laranja viva, ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações e descoloração intensa. O corpo do cone deverá ter na parte interna, sistema antiaderência, que evita o travamento dos cones quando empilhados, facilitando na operação. Deve ter peso entre 3 e 4Kg, ter altura entre 700 e 760 mm; base quadrada plana (sem deformação) na cor laranja, com dimensões de 390 mm (+/- 10mm) e demais formas e dimensões que atendam a NBR 15.071 (Anexo A). O topo do cone deverá ter abertura entre 40 e 50 mm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso. Abaixo do topo o cone deve ter um rebaixo côncavo com aprox. 20 mm de altura x 10 mm de profundidade para facilitar a pega e manuseio. Acima da faixa refletiva superior, o cone deverá ter 02 fendas (em lados opostos), com 70 mm de altura (+/- 5 mm) e 5 mm de abertura, que devem ser efetuadas durante o processo de fabricação. Aplicação de 02 faixas retrorrefletiva s, com largura de 100 mm cada, em película autoadesiva flexível tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: logotipo do órgão no colar superior e a inscrição XXXXX, em letras na cor preta no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição XXXXX, de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB. GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação.	609422 (Gov. BR) 5884934 (BEC)	unidade	500

2 cota ampla	Tenda tipo gazebo X flex, estrutura em aço carbono com pintura epóxi em alumínio, medindo 3m x 3m; Cobertura de tecido 100% poliéster Oxford com fps 100; revestido com silvercoating com saída de ar no topo; com resistência alta; na cor azul; acompanhan do manual de instruções para montagem; acondicionado a em sacola para transporte garantia;	394694 (Gov. BR) 6365507 (BEC)	unidade	403
2.2 cota restrita	Tenda tipo gazebo X flex, estrutura em aço carbono com pintura epóxi em alumínio, medindo 3m x 3m; Cobertura de tecido 100% poliéster Oxford com fps 100; revestido com silvercoating com saída de ar no topo; com resistência alta; na cor azul; acompanhan do manual de instruções para montagem; acondicionado a em sacola para transporte garantia;	394694 (Gov. BR) 6365507 (BEC)	unidade	87

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 837.964,00

M	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1 cota ampla	Cone de sinalização viária, conforme Norma ABNT NBR 15.071, com película retrorrefletiva tipo VIII (ABNT NBR 14.644). O cone deverá ser confeccionado em PVC extra flexível na cor laranja viva, ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações e descoloração intensa. O corpo do cone deverá ter na parte interna, sistema antiaderência, que evita o travamento dos cones quando empilhados, facilitando na operação. Deve ter peso entre 3 e 4Kg, ter altura entre 700 e 760 mm; base quadrada plana (sem deformação) na cor laranja, com dimensões de 390 mm (+/- 10mm) e demais formas e dimensões que atendam a NBR 15.071 (Anexo A). O topo do cone deverá ter abertura entre 40 e 50 mm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso. Abaixo do topo o cone deve ter um rebaixo côncavo com aprox. 20 mm de altura x 10 mm de profundidade para facilitar a pega e manuseio. Acima da faixa refletiva superior, o cone deverá ter 02 fendas (em lados opostos), com 70 mm de altura (+/- 5 mm) e 5 mm de abertura, que devem ser efetuadas durante o processo de fabricação. Aplicação de 02 faixas retrorrefletiva s, com largura de 100 mm cada, em película autoadesiva flexível tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: logotipo do órgão no colar superior e a inscrição XXXXX, em letras na cor preta no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição XXXXX, de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB. GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação.	609422 (Gov. BR) 5884934 (BEC)	unidade	1950	159,64	311.302,88
1.1 cota restrita	Cone de sinalização viária, conforme Norma ABNT NBR 15.071, com película retrorrefletiva tipo VIII (ABNT NBR 14.644). O cone deverá ser confeccionado em PVC extra flexível na cor laranja viva, ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações e descoloração intensa. O corpo do cone deverá ter na parte interna, sistema antiaderência, que evita o travamento dos cones quando empilhados, facilitando na operação. Deve ter peso entre 3 e 4Kg, ter altura entre 700 e 760 mm; base quadrada plana (sem deformação) na cor laranja, com dimensões de 390 mm (+/- 10mm) e demais formas e dimensões que atendam a NBR 15.071 (Anexo A). O topo do cone deverá ter abertura entre 40 e 50 mm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso. Abaixo do topo o cone deve ter um rebaixo côncavo com aprox. 20 mm de altura x 10 mm de profundidade para facilitar a pega e manuseio. Acima da faixa refletiva superior, o cone deverá ter 02 fendas (em lados opostos), com 70 mm de altura (+/- 5 mm) e 5 mm de	609422 (Gov.	unidade	500	159,64	79.821,25

	abertura, que devem ser efetuadas durante o processo de fabricação. Aplicação de 02 faixas retrorrefletiva s, com largura de 100 mm cada, em película autoadesiva flexível tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: logotipo do órgão no colar superior e a inscrição XXXXX, em letras na cor preta no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição XXXXX, de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB. GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação.	(BR) 5884934 (BEC)				
2 cota ampla	Tenda tipo gazebo X flex, estrutura em aço carbono com pintura epóxi em alumínio, medindo 3m x 3m; Cobertura de tecido 100% poliéster Oxford com fps 100; revestido com silvercoating com saída de ar no topo; com resistência alta; na cor azul; acompanhan do manual de instruções para montagem; acondicionado a em sacola para transporte garantia;	394694 (Gov. BR) 6365507 (BEC)	unidade	403	911,92	367.503,76
2.2 cota restrita	Tenda tipo gazebo X flex, estrutura em aço carbono com pintura epóxi em alumínio, medindo 3m x 3m; Cobertura de tecido 100% poliéster Oxford com fps 100; revestido com silvercoating com saída de ar no topo; com resistência alta; na cor azul; acompanhan do manual de instruções para montagem; acondicionado a em sacola para transporte garantia;	394694 (Gov. BR) 6365507 (BEC)	unidade	87	911,92	79.337,04

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução proposta admite parcelamento do objeto, considerando a natureza dos materiais a serem adquiridos, as características do mercado fornecedor e a necessidade de ampliação da competitividade do procedimento licitatório, sem que isso represente prejuízo à economicidade ou perda de ganhos decorrentes de economia de escala.

Os itens que compõem a presente contratação — cones de sinalização viária e tendas tipo gazebo — possuem características distintas quanto à cadeia de fornecimento, fabricação, comercialização e especialização mercadológica, circunstância que torna tecnicamente recomendável a divisão do objeto em itens independentes.

A adoção do parcelamento possibilita maior ampliação da concorrência e favorece a participação de fornecedores especializados em cada segmento de mercado, contribuindo para obtenção de propostas mais vantajosas à Administração, em observância aos princípios da competitividade, isonomia, eficiência e seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública.

Sob o aspecto econômico, avaliou-se que a divisão do objeto não ocasiona perda relevante de economia de escala, considerando que os itens possuem baixo grau de interdependência operacional e podem ser fornecidos de forma autônoma, sem comprometimento da execução contratual.

Adicionalmente, considerando a estratégia de contratação adotada, o procedimento licitatório será estruturado em 04 (quatro) itens, sendo:

02 (dois) itens destinados à ampla concorrência;

02 (dois) itens destinados à participação restrita, conforme critérios e hipóteses previstos na legislação aplicável, especialmente no que se refere ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.

Tal modelagem poderá resultar na existência de mais de um fornecedor vencedor, hipótese que não representa prejuízo operacional à Administração, considerando que os materiais possuem fornecimento independente, logística compatível e possibilidade de gestão contratual segregada.

A divisão adotada promove maior competitividade do certame, ampliação do universo de participantes e potencial incremento da vantajosidade econômica da contratação, sem comprometimento da padronização, eficiência administrativa ou gestão operacional do fornecimento.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da solução mostra-se técnica e economicamente viável, não implicando perda de economia de escala e contribuindo para o atendimento do interesse público, observados os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Na presente contratação não há contratações correlatas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

ID PCA no PNCP	15519361000116-0-000004/2026
Data de publicação no PNCP	30/06/2026
Id do item no PCA	21/2026, 38/2026
Classe/Grupo	BARRACAS E ENCERADOS, SISTEMA DE SINALIZAÇÃO DE TRÁFEGO E TRÂNSITO
Identificador da Futura Contratação	532403-41/2026, 532403-24/2026
Valor previsto	R\$ 837.964,93

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação tem por finalidade proporcionar melhorias operacionais e administrativas relacionadas à execução dos exames práticos de direção veicular e às atividades de fiscalização desenvolvidas pelo órgão, visando ao fortalecimento da capacidade institucional, à melhoria da qualidade dos serviços prestados e ao atendimento do interesse público.

Com a aquisição dos cones de sinalização viária e tendas tipo gazebo, pretende-se ampliar a eficiência operacional das atividades finalísticas, assegurando melhores condições para organização dos locais de exame, reforço das ações de fiscalização, controle do fluxo operacional e apoio às equipes responsáveis pela execução das atividades institucionais.

Como resultados diretos, espera-se:

- aprimoramento da organização física e operacional dos locais destinados à realização dos exames práticos de direção veicular;
- fortalecimento das condições de segurança durante a execução das atividades, mediante adequada sinalização e delimitação das áreas operacionais;
- melhoria das condições de trabalho dos examinadores e equipes de apoio, reduzindo a exposição a fatores climáticos adversos, tais como chuva, calor excessivo e radiação solar;
- aumento da capacidade de apoio às ações de fiscalização realizadas pela Administração;
- padronização dos materiais utilizados nas atividades operacionais, promovendo maior uniformidade dos procedimentos institucionais;
- maior disponibilidade e pronta utilização dos recursos materiais necessários ao desempenho das atribuições finalísticas do órgão.

Como resultados indiretos, busca-se:

- incremento da eficiência administrativa, mediante disponibilização adequada de infraestrutura de apoio às atividades institucionais;
- otimização da utilização dos recursos humanos, reduzindo impactos operacionais decorrentes da insuficiência de materiais de apoio;
- racionalização do emprego de recursos financeiros, considerando a adoção de solução economicamente mais vantajosa mediante aquisição definitiva dos bens;
- redução de riscos operacionais relacionados à execução dos exames práticos e das atividades de fiscalização;
- fortalecimento da continuidade e regularidade da prestação do serviço público;
- melhoria da experiência dos usuários dos serviços públicos, mediante maior organização, segurança e previsibilidade das atividades realizadas.

Sob a perspectiva da economicidade e eficiência administrativa, a solução adotada permitirá melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis, considerando o caráter contínuo da demanda institucional e a vida útil compatível dos bens a serem adquiridos.

No que se refere ao desenvolvimento nacional sustentável, busca-se promover contratação alinhada aos princípios da sustentabilidade e da gestão eficiente dos recursos públicos, priorizando materiais que atendam aos requisitos técnicos de durabilidade, adequação operacional e utilização racional ao longo do ciclo de vida dos bens.

Dessa forma, os resultados pretendidos convergem para o fortalecimento da capacidade operacional da Administração, o aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos e a promoção de maior eficiência

13. Providências a serem Adotadas

Previamente à celebração da contratação decorrente da futura Ata de Registro de Preços, a Administração deverá adotar as medidas administrativas necessárias para assegurar a adequada execução contratual, o acompanhamento do fornecimento e a correta operacionalização da solução pretendida.

Inicialmente, deverão ser concluídas as etapas internas relacionadas ao planejamento da contratação, elaboração dos artefatos técnicos, definição das especificações dos materiais, consolidação dos quantitativos estimados e instrução processual necessária à realização do procedimento licitatório.

Deverão ser formalmente designados os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização da futura contratação, nos termos da legislação aplicável, visando ao adequado acompanhamento da execução contratual, controle dos recebimentos, conferência dos materiais entregues, monitoramento dos prazos e verificação do cumprimento das obrigações contratuais pela futura contratada.

Também deverá ser realizada a organização administrativa e operacional das unidades destinatárias dos materiais, especialmente quanto aos procedimentos internos de recebimento, conferência e controle patrimonial, quando aplicável.

As unidades responsáveis deverão manter alinhamento operacional quanto aos fluxos de solicitação de fornecimento, comunicação com a contratada e acompanhamento das entregas, considerando o modelo de fornecimento parcelado sob demanda previsto para a solução.

Em relação ao ambiente organizacional, não se identificam necessidades de adaptações estruturais, adequações físicas de instalações, obras, intervenções prediais, aquisição complementar de infraestrutura, obtenção de licenças, autorizações, permissões ou outorgas específicas para viabilização da contratação pretendida.

Da mesma forma, considerando a natureza dos materiais a serem adquiridos — cones de sinalização viária e tendas tipo gazebo —, não se verifica necessidade de capacitação técnica especializada adicional de servidores ou empregados públicos, uma vez que se tratam de materiais de utilização operacional rotineira, amplamente conhecidos pelas unidades responsáveis pelas atividades de fiscalização e realização dos exames práticos.

Quanto aos procedimentos de fiscalização e gestão contratual, a Administração já dispõe de estrutura administrativa apta à condução do acompanhamento contratual, não sendo identificada necessidade de medidas extraordinárias para implementação da solução.

Adicionalmente, deverão ser observados os procedimentos internos relacionados ao controle patrimonial, recebimento definitivo dos materiais, conferência documental, validação das notas fiscais e demais rotinas administrativas necessárias ao regular processamento das despesas e execução da contratação.

Dessa forma, conclui-se que a implementação da solução não demanda providências administrativas complexas ou adaptações estruturais relevantes, sendo suficientes as medidas ordinárias de planejamento, gestão contratual, fiscalização e organização operacional já inerentes às atividades desempenhadas pela Administração.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação contempla a aquisição de cones de sinalização viária e tendas tipo gazebo, materiais de utilização operacional destinados às atividades de fiscalização e apoio à realização dos exames práticos de direção veicular, não sendo identificados impactos ambientais significativos decorrentes da utilização regular dos bens durante sua vida útil.

Todavia, considerando as diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade ambiental aplicáveis às contratações públicas, foram identificados potenciais impactos ambientais relacionados às etapas de fabricação, transporte, utilização e descarte dos materiais, bem como definidas medidas mitigadoras visando à redução dos riscos ambientais associados.

Entre os possíveis impactos ambientais identificados, destacam-se:

a) Geração de resíduos sólidos ao final da vida útil dos materiais.

Os cones de sinalização e as tendas tipo gazebo poderão gerar resíduos decorrentes de desgaste natural, danos operacionais ou substituição por perda de funcionalidade.

Medidas mitigadoras:

priorização, sempre que tecnicamente viável, de materiais com maior durabilidade e resistência operacional;

adoção de procedimentos internos para reaproveitamento de materiais que permaneçam em condições de uso;

destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, observadas as normas ambientais vigentes e os procedimentos administrativos aplicáveis.

b) Impactos decorrentes da cadeia produtiva e logística de fornecimento.

A fabricação e transporte dos materiais podem ocasionar consumo de recursos naturais, utilização de matérias-primas e emissão indireta de gases de efeito estufa decorrentes das atividades logísticas.

Medidas mitigadoras:

busca por especificações técnicas que priorizem qualidade, durabilidade e maior vida útil dos materiais;

planejamento adequado das entregas, visando otimização logística e redução de deslocamentos desnecessários;

incentivo à adoção de boas práticas ambientais pelos fornecedores, quando compatíveis com o objeto contratado.

c) Substituição prematura de materiais em razão de baixa qualidade ou desgaste acelerado.

Materiais com menor durabilidade podem aumentar a necessidade de reposições frequentes, elevando o consumo de recursos e a geração de resíduos.

Medidas mitigadoras:

estabelecimento de requisitos mínimos de qualidade e desempenho dos produtos;

realização de procedimentos de recebimento e conferência, visando assegurar conformidade com as especificações técnicas exigidas;

utilização adequada dos materiais pelas unidades operacionais, visando maximizar sua vida útil.

Considerando a natureza dos itens pretendidos, não foram identificadas atividades potencialmente poluidoras, geração de resíduos perigosos, necessidade de licenciamento ambiental específico ou riscos ambientais de elevada complexidade associados à contratação.

A solução proposta contribui para a utilização racional dos recursos públicos, priorizando bens com características de durabilidade e utilização continuada, alinhando-se aos princípios da sustentabilidade, eficiência administrativa e desenvolvimento nacional sustentável previstos na legislação aplicável às contratações públicas.

Dessa forma, conclui-se que os potenciais impactos ambientais relacionados à contratação mostram-se reduzidos e passíveis de mitigação mediante adoção das medidas administrativas e operacionais previstas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com fundamento nas informações levantadas durante os Estudos Técnicos Preliminares, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se viável e razoável sob os aspectos técnico, operacional, econômico e administrativo, apresentando-se adequada ao atendimento do interesse público e às necessidades institucionais relacionadas às atividades de fiscalização e execução dos exames práticos de direção veicular.

Os levantamentos realizados demonstraram a existência de demanda administrativa legítima e contínua, bem como a necessidade de disponibilização de cones de sinalização viária e tendas tipo gazebo, materiais essenciais ao adequado desenvolvimento das atividades finalísticas do órgão, contribuindo para a organização dos locais de exame, reforço das ações de fiscalização, melhoria das condições operacionais e apoio às equipes envolvidas.

A análise de mercado realizada indicou inexistência de soluções disponíveis por meio de Atas de Registro de Preços passíveis de adesão que atendessem integralmente às necessidades institucionais, considerando quantitativos, especificações técnicas e características operacionais da Administração.

Da mesma forma, a avaliação técnica e econômica evidenciou que a aquisição definitiva dos bens representa a alternativa mais vantajosa em comparação a modelos de locação ou disponibilização temporária, considerando o caráter contínuo da demanda, o valor relativamente reduzido dos itens, a baixa complexidade operacional e a compatibilidade entre custo e benefício da solução proposta.

Também foram avaliados os aspectos relacionados à logística de fornecimento, capacidade operacional da Administração, impactos ambientais, parcelamento do objeto, gestão contratual e condições de implementação da solução, não sendo identificados impedimentos técnicos, operacionais ou administrativos capazes de inviabilizar a contratação.

A solução proposta apresenta aderência aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, interesse público, continuidade do serviço público e desenvolvimento nacional sustentável, possibilitando melhor aproveitamento dos recursos públicos disponíveis e fortalecimento da capacidade operacional institucional.

Diante dos elementos técnicos e administrativos analisados ao longo dos Estudos Técnicos Preliminares, declara-se viável e recomendável a realização da contratação, mediante procedimento licitatório para formalização de Ata de Registro de Preços, considerando sua adequação às necessidades institucionais e sua compatibilidade com os objetivos administrativos pretendidos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JESSICA ARAUJO DE PAULA DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 13:22:12.

GUILHERME HENRIQUE GUIRAO NAUFAL DE FARIA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 13:25:10.

ANEXO II
MINUTA DE NOTA DE EMPENHO



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2025NE00210

UG	532401 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP				
Gestão	53058 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP				
Data de Emissão	31OUT2025				

CNPJ/CPF/UG	46395000000139 - SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL				
Credor	SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL				
Endereço	VIADUTO DO CHÁ, 15				
Cidade	SAO PAULO	UF	SP	CEP	01002-020

Origem Material	
-----------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400091	53058	04122530441960000	150010001	31909603	532401	000.000.0100	535806

No Processo	20251147076	Acordo	
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI 14133/21
Licitação	09 - INDEPEND. LICIT.	Modalidade	3 - ESTIMATIVO
Empenho Orig.		Nº Contrato	Nº OC

Valor do Empenho R\$	34.580,94 (trinta e quatro mil e quinhentos e oitenta reais e noventa e quatro centavos)
----------------------	--

Cronograma	
Mês	Valor
10	34.580,94

Item:	001	Unidade de Medida	0001	Quantidade	0000	Preço Unitário	0,00	Preço Total	34.580,94
Descrição: ATENDER REGULARIZAÇÃO DOSFUNCIONARIOS CEDIDOS CONFSOLICITAÇÃO									



Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	34.580,94
Local de Entrega	SAO PAULO - SEDE
Data de Entrega	31OUT2025

VIVIANE FERNANDA DUTRA

92393357068

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	LUCIANE ALVES DOS SANTOS - 532401
--------------------------	-----------------------------------

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

AO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO – DETRAN-SP

PROCESSO SEI nº 140.01176179/2025-36

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATÁLOGO ComprasGov	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1 cota ampla	<p>Cone de sinalização viária, conforme Norma ABNT NBR 15.071, com película retrorrefletiva tipo VIII (ABNT NBR 14.644). O cone deverá ser confeccionado em PVC extra flexível na cor laranja viva, ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações e descoloração intensa. O corpo do cone deverá ter na parte interna, sistema antiaderência, que evita o travamento dos cones quando empilhados, facilitando na operação. Deve ter peso entre 3 e 4Kg, ter altura entre 700 e 760 mm; base quadrada plana (sem deformação) na cor laranja, com dimensões de 390 mm (+/- 10mm) e demais formas e dimensões que atendam a NBR 15.071 (Anexo A). O topo do cone deverá ter abertura entre 40 e 50 mm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso. Abaixo do topo o cone deve ter um rebaixo côncavo com aprox. 20 mm de altura x 10 mm de profundidade para facilitar a pega e manuseio. Acima da faixa refletiva superior, o cone deverá ter 02 fendas (em lados opostos), com 70 mm de altura (+/- 5 mm) e 5 mm de abertura, que devem ser efetuadas durante o processo de fabricação. Aplicação de 02 faixas retrorrefletivas, com largura de 100 mm cada, em película autoadesiva flexível tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: logotipo do órgão no colar superior e a inscrição XXXXX, em letras na cor preta no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição XXXXX, de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB. GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação.</p>	609422 (Gov.BR) 5884934 (BEC)	Unidade	1950		
1.1 cota restrita	<p>Cone de sinalização viária, conforme Norma ABNT NBR 15.071, com película retrorrefletiva tipo VIII (ABNT NBR 14.644). O cone deverá ser confeccionado em PVC extra flexível na cor laranja viva, ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações e descoloração intensa. O corpo do cone deverá ter na parte interna, sistema antiaderência, que evita o travamento dos cones quando empilhados,</p>	609422 (Gov.BR) 5884934 (BEC)	Unidade	500		

	<p>facilitando na operação. Deve ter peso entre 3 e 4Kg, ter altura entre 700 e 760 mm; base quadrada plana (sem deformação) na cor laranja, com dimensões de 390 mm (+/- 10mm) e demais formas e dimensões que atendam a NBR 15.071 (Anexo A). O topo do cone deverá ter abertura entre 40 e 50 mm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso. Abaixo do topo o cone deve ter um rebaixo côncavo com aprox. 20 mm de altura x 10 mm de profundidade para facilitar a pega e manuseio. Acima da faixa refletiva superior, o cone deverá ter 02 fendas (em lados opostos), com 70 mm de altura (+/- 5 mm) e 5 mm de abertura, que devem ser efetuadas durante o processo de fabricação. Aplicação de 02 faixas retrorrefletivas, com largura de 100 mm cada, em película autoadesiva flexível tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: logotipo do órgão no colar superior e a inscrição XXXXX, em letras na cor preta no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição XXXXX, de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB. GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação.</p>					
2 cota ampla	<p>Tenda tipo gazebo X flex, estrutura em aço carbono com pintura epóxi em alumínio, medindo 3m x 3m; Cobertura de tecido 100% poliéster Oxford com fps 100; revestido com silvercoating com saída de ar no topo; com resistência alta; na cor azul; acompanhando manual de instruções para montagem; acondicionado a em sacola para transporte garantia;</p>	394694 (Gov.BR) 6365507 (BEC)	Unidade	403		
2.1 cota restrita	<p>Tenda tipo gazebo X flex, estrutura em aço carbono com pintura epóxi em alumínio, medindo 3m x 3m; Cobertura de tecido 100% poliéster Oxford com fps 100; revestido com silvercoating com saída de ar no topo; com resistência alta; na cor azul; acompanhando manual de instruções para montagem; acondicionado a em sacola para transporte garantia;</p>	394694 (Gov.BR) 6365507 (BEC)	Unidade	87		
Total:						

Observação: Os valores ofertados deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à entrega dos itens, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

Local, data, assinatura
Prazo de Validade da Proposta

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

|

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo por intermédio da Diretoria de Administração e Logística, com sede na Rua João Bricola, nº 32, na cidade de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.519.361/0001-16, neste ato representado(a) pela Diretora de Administração e Logística, Viviane Fernanda Dutra, nomeado(a) pela Portaria nº 7532, de 26 de dezembro de 2024, publicado(a) no DOE de 27 de dezembro de 2024, inscrito(a) no CPF sob o nº 923.933.570-68, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º 140.01176179/2025-36, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de itens destinados à aplicação dos exames de direção veicular, por meio do Sistema de Registro de Preços, com entrega parcelada e descentralizada, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 0014/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	CATMAT	Marca/ Modelo	Unidade de medida	Quantidade total	Valor Unitário	Valor Total
1 cota ampla	Cone de sinalização viária, conforme Norma ABNT NBR 15.071, com película retrorrefletiva tipo VIII (ABNT NBR 14.644). O cone deverá ser confeccionado em PVC extra flexível na cor laranja viva, ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações e descoloração intensa. O corpo do cone deverá ter na parte interna, sistema antiaderência, que evita o travamento dos cones quando empilhados, facilitando na operação. Deve ter	609422 (Gov.BR) 5884934 (BEC)	Unidade		1950		

	<p>peso entre 3 e 4Kg, ter altura entre 700 e 760 mm; base quadrada plana (sem deformação) na cor laranja, com dimensões de 390 mm (+/- 10mm) e demais formas e dimensões que atendam a NBR 15.071 (Anexo A). O topo do cone deverá ter abertura entre 40 e 50 mm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso. Abaixo do topo o cone deve ter um rebaixo côncavo com aprox. 20 mm de altura x 10 mm de profundidade para facilitar a pega e manuseio. Acima da faixa refletiva superior o cone deverá ter 02 fendas (em lados opostos), com 70 mm de altura (+/- 5 mm) e 5 mm de abertura, que devem ser efetuadas durante o processo de fabricação. Aplicação de 02 faixas retrorrefletivas, com largura de 100 mm cada, em película autoadesiva flexível tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: logotipo do órgão no colar superior e a inscrição XXXXX, em letras na cor preta no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição XXXXX, de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB. GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação</p>						
1.1 cota restrita	<p>Cone de sinalização viária, conforme Norma ABNT NBR 15.071, com película retrorrefletiva tipo VIII (ABNT NBR 14.644). O cone deverá ser confeccionado em PVC extra flexível na cor laranja viva, ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações e descoloração intensa. O corpo do cone deverá ter na parte interna, sistema</p>	609422 (Gov.BR) 5884934 (BEC)	Unidade		500		

	<p>antiaderência, que evita o travamento dos cones quando empilhados, facilitando na operação. Deve ter peso entre 3 e 4Kg, ter altura entre 700 e 760 mm; base quadrada plana (sem deformação) na cor laranja, com dimensões de 390 mm (+/- 10mm) e demais formas e dimensões que atendam a NBR 15.071 (Anexo A). O topo do cone deverá ter abertura entre 40 e 50 mm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso. Abaixo do topo o cone deve ter um rebaixo côncavo com aprox. 20 mm de altura x 10 mm de profundidade para facilitar a pega e manuseio. Acima da faixa refletiva superior o cone deverá ter 02 fendas (em lados opostos), com 70 mm de altura (+/- 5 mm) e 5 mm de abertura, que devem ser efetuadas durante o processo de fabricação. Aplicação de 02 faixas retrorrefletivas, com largura de 100 mm cada, em película autoadesiva flexível tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: logotipo do órgão no colar superior e a inscrição XXXXX, em letras na cor preta no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição XXXXX, de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB. GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação</p>						
2 cota ampla	<p>Tenda tipo gazebo X flex, estrutura em aço carbono com pintura epóxi em alumínio, medindo 3m x 3m; Cobertura de tecido 100% poliéster Oxford com fps 100; revestido com silvercoating com saída de ar no topo; com resistência alta; na cor azul; acompanha do</p>	<p>394694 (Gov.BR) 6365507 (BEC)</p>	Unidade		403		

	manual de instruções para montagem; acondicionado a em sacola para transporte garantia;						
2.1 cota restrita	Tenda tipo gazebo X flex, estrutura em aço carbono com pintura epóxi em alumínio, medindo 3m x 3m; Cobertura de tecido 100% poliéster Oxford com fps 100; revestido com silvercoating com saída de ar no topo; com resistência alta; na cor azul; acompanha do manual de instruções para montagem; acondicionado a em sacola para transporte garantia;	394694 (Gov.BR) 6365507 (BEC)	Unidade		87		

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será *o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo.*

3.2. *Além do órgão ou entidade gerenciadora, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços.*

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.*

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de *1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. *Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, não haverá quantitativo adicional, de modo que, no período de vigência da prorrogação, somente poderá haver contratação da quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado.*

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do *caput* do art. 82 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), quando for o caso.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.3. É vedado:

- a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;
- b) *restabelecer os quantitativos que já tenham sido contratados desta ata de registro de preços quando da prorrogação de que trata o item 5.1.*

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de

reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do *caput* do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a **emissão de nota de empenho**, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.3. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração;

11.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo fornecedor:

11.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;

11.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

11.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

11.3.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.]

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.]

11.5. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de item(ns) específico(s) do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.]

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada [em 01 (uma) via], que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados.]

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1-

2-]

Anexo

Cadastro de Reserva

[Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:]

Item	Especificação	CATMAT	Marca/ Modelo	Unidade de medida	Quantidade total	Valor Unitário	Valor Total
1 cota ampla	<p>Cone de sinalização viária, conforme Norma ABNT NBR 15.071, com película retrorrefletiva tipo VIII (ABNT NBR 14.644). O cone deverá ser confeccionado em PVC extra flexível na cor laranja viva, ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações e descoloração intensa. O corpo do cone deverá ter na parte interna, sistema antiaderência, que evita o travamento dos cones quando empilhados, facilitando na operação. Deve ter peso entre 3 e 4Kg, ter altura entre 700 e 760 mm; base quadrada plana (sem deformação) na cor laranja, com dimensões de 390 mm (+/- 10mm) e demais formas e dimensões que atendam a NBR 15.071 (Anexo A). O topo do cone deverá ter abertura entre 40 e 50 mm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso. Abaixo do topo o cone deve ter um rebaixo côncavo com aprox. 20 mm de altura x 10 mm de profundidade para facilitar a pega e manuseio. Acima da faixa refletiva superior o cone deverá ter 02 fendas (em lados opostos), com 70 mm de altura (+/- 5 mm) e 5 mm de abertura, que devem ser efetuadas durante o processo de fabricação. Aplicação de 02 faixas retrorrefletivas, com largura de 100 mm cada, em película autoadesiva flexível tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644 (todos requisitos). As</p>	609422 (Gov.BR) 5884934 (BEC)	Unidade		1950		

	<p>faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: logotipo do órgão no colar superior e a inscrição XXXXX, em letras na cor preta no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição XXXXX, de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB.</p> <p>GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação</p>					
1.1 cota restrita	<p>Cone de sinalização viária, conforme Norma ABNT NBR 15.071, com película retrorrefletiva tipo VIII (ABNT NBR 14.644). O cone deverá ser confeccionado em PVC extra flexível na cor laranja viva, ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações e descoloração intensa. O corpo do cone deverá ter na parte interna, sistema antiaderência, que evita o travamento dos cones quando empilhados, facilitando na operação. Deve ter peso entre 3 e 4Kg, ter altura entre 700 e 760 mm; base quadrada plana (sem deformação) na cor laranja, com dimensões de 390 mm (+/- 10mm) e demais formas e dimensões que atendam a NBR 15.071 (Anexo A). O topo do cone deverá ter abertura entre 40 e 50 mm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso. Abaixo do topo o cone deve ter um rebaixo côncavo com aprox. 20 mm de altura x 10 mm de profundidade para facilitar a pega e manuseio. Acima da faixa refletiva superior o cone deverá ter 02 fendas (em lados opostos), com 70 mm de altura (+/- 5 mm) e 5 mm de abertura, que devem ser efetuadas durante o processo de fabricação. Aplicação de 02 faixas retrorrefletivas, com</p>	609422 (Gov.BR) 5884934 (BEC)	Unidade		500	

	<p>largura de 100 mm cada, em película autoadesiva flexível tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: logotipo do órgão no colar superior e a inscrição XXXXX, em letras na cor preta no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição XXXXX, de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB. GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação</p>					
2 cota ampla	<p>Tenda tipo gazebo X flex, estrutura em aço carbono com pintura epóxi em alumínio, medindo 3m x 3m; Cobertura de tecido 100% poliéster Oxford com fps 100; revestido com silvercoating com saída de ar no topo; com resistência alta; na cor azul; acompanham do manual de instruções para montagem; acondicionado a em sacola para transporte garantia;</p>	<p>394694 (Gov.BR) 6365507 (BEC)</p>	Unidade		403	
2.1 cota restrita	<p>Tenda tipo gazebo X flex, estrutura em aço carbono com pintura epóxi em alumínio, medindo 3m x 3m; Cobertura de tecido 100% poliéster Oxford com fps 100; revestido com silvercoating com saída de ar no topo; com resistência alta; na cor azul; acompanham do manual de instruções para montagem; acondicionado a em sacola para transporte garantia;</p>	<p>394694 (Gov.BR) 6365507 (BEC)</p>	Unidade		87	

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Especificação	CATMAT	Marca/ Modelo	Unidade de medida	Quantidade total	Valor Unitário	Valor Total
1 cota ampla	<p>Cone de sinalização viária, conforme Norma ABNT NBR 15.071, com película retrorrefletiva tipo VIII (ABNT NBR 14.644). O cone deverá ser confeccionado em PVC extra flexível na cor laranja viva, ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações e descoloração intensa. O corpo do cone deverá ter na parte interna, sistema antiaderência, que evita o travamento dos cones quando empilhados, facilitando na operação. Deve ter peso entre 3 e 4Kg, ter altura entre 700 e 760 mm; base quadrada plana (sem deformação) na cor laranja, com dimensões de 390 mm (+/- 10mm) e demais formas e dimensões que atendam a NBR 15.071 (Anexo A). O topo do cone deverá ter abertura entre 40 e 50 mm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso. Abaixo do topo o cone deve ter um rebaixo côncavo com aprox. 20 mm de altura x 10 mm de profundidade para facilitar a pega e manuseio. Acima da faixa refletiva superior, o cone deverá ter 02 fendas (em lados opostos), com 70 mm de altura (+/- 5 mm) e 5 mm de abertura, que devem ser efetuadas durante o processo de fabricação. Aplicação de 02 faixas retrorrefletivas, com largura de 100 mm cada, em película autoadesiva flexível tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: logotipo do órgão no colar</p>	<p>609422 (Gov.BR) 5884934 (BEC)</p>	Unidade		1950		

	superior e a inscrição XXXXX, em letras na cor preta no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição XXXXX, de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB. GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação					
1.1 cota restrita	<p>Cone de sinalização viária, conforme Norma ABNT NBR 15.071, com película retrorrefletiva tipo VIII (ABNT NBR 14.644). O cone deverá ser confeccionado em PVC extra flexível na cor laranja viva, ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações e descoloração intensa. O corpo do cone deverá ter na parte interna, sistema antiaderência, que evita o travamento dos cones quando empilhados, facilitando na operação. Deve ter peso entre 3 e 4Kg, ter altura entre 700 e 760 mm; base quadrada plana (sem deformação) na cor laranja, com dimensões de 390 mm (+/- 10mm) e demais formas e dimensões que atendam a NBR 15.071 (Anexo A). O topo do cone deverá ter abertura entre 40 e 50 mm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso. Abaixo do topo o cone deve ter um rebaixo côncavo com aprox. 20 mm de altura x 10 mm de profundidade para facilitar a pega e manuseio. Acima da faixa refletiva superior o cone deverá ter 02 fendas (em lados opostos), com 70 mm de altura (+/- 5 mm) e 5 mm de abertura, que devem ser efetuadas durante o processo de fabricação. Aplicação de 02 faixas retrorrefletivas, com largura de 100 mm cada, em película autoadesiva flexível tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para</p>	609422 (Gov.BR) 5884934 (BEC)	Unidade		500	

	identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: logotipo do órgão no colar superior e a inscrição XXXXX, em letras na cor preta no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição XXXXX, de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB. GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação						
2 cota ampla	Tenda tipo gazebo X flex, estrutura em aço carbono com pintura epóxi em alumínio, medindo 3m x 3m; Cobertura de tecido 100% poliéster Oxford com fps 100; revestido com silvercoating com saída de ar no topo; com resistência alta; na cor azul; acompanham do manual de instruções para montagem; acondicionado a em sacola para transporte garantia;	394694 (Gov.BR) 6365507 (BEC)	Unidade		403		
2.1 cota restrita	Tenda tipo gazebo X flex, estrutura em aço carbono com pintura epóxi em alumínio, medindo 3m x 3m; Cobertura de tecido 100% poliéster Oxford com fps 100; revestido com silvercoating com saída de ar no topo; com resistência alta; na cor azul; acompanham do manual de instruções para montagem; acondicionado a em sacola para transporte garantia;	394694 (Gov.BR) 6365507 (BEC)	Unidade		87		